

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24 335

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Marco Antônio Pontes Aires
Isabel Christine Silva De Gregori

DOI 10.22533/at.ed.28019090724

CAPÍTULO 25 349

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura
Erivalda Maria Ferreira Lopes
Francisca Adelanina Paulino da Silva
Lisley Medeiros Garcia
Rosa Camila Gomes Paiva
Sandra Fernandes Pereira de Melo

DOI 10.22533/at.ed.28019090725

CAPÍTULO 26 353

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Alessandra Knoll
Luiz Henrique Urquhart Cademartori

DOI 10.22533/at.ed.28019090726

CAPÍTULO 27 365

A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO

Bianca Larissa Soares de Jesus Roso
Priscila Cardoso Werner

DOI 10.22533/at.ed.28019090727

CAPÍTULO 28 380

UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli
Rafaela Bogado Melchioris
Gabriel Dewes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.28019090728

CAPÍTULO 29 392

A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010

Alex Sandro Teixeira da Cruz
André Garcia Alves Cunha

DOI 10.22533/at.ed.28019090729

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)

Priscila Matos Resinentti

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Cristina Carvalho

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

RESUMO: Este artigo se propõe a analisar a dimensão da formação cultural, igualmente importante, mas pouco explorada nas pesquisas. Para tanto, serão apresentadas reflexões sobre o conceito de cultura e sobre os espaços não formais de educação, especificamente os museus e centros culturais, em sua relação com as escolas. Em seguida em diálogo com estes conceitos, será abordada uma das iniciativas da Prefeitura do Rio de Janeiro – O Programa Escola e Museu – na busca por contemplar a dimensão da formação cultural, problematizando os benefícios e possibilidades de aprimoramento de políticas públicas dessa natureza.

PALAVRAS-CHAVE: formação, política, cultural, escola, museu.

1 | CULTURA, FORMAÇÃO CULTURAL E OS ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO

Muito se discute acerca da dimensão da formação acadêmica na educação, aspecto de fato relevante no processo de formação

dos sujeitos. No entanto, este artigo se propõe a analisar a dimensão da formação cultural, igualmente importante, mas pouco explorada nas pesquisas. Para tanto, serão apresentadas reflexões sobre o conceito de cultura e sobre os espaços não formais de educação, mais especificamente os museus e centros culturais, em sua relação com as escolas. Em seguida, em diálogo com esses conceitos, será abordada uma das iniciativas da Prefeitura Cidade do Rio de Janeiro – O Programa Escola e Museu – na busca por contemplar a dimensão da formação cultural, problematizando os benefícios e possibilidades de aprimoramento de políticas públicas dessa natureza, buscando a promoção da equidade na educação.

Conforme já ressaltado, pensar sobre a dimensão da formação cultural exige primeiramente uma breve reflexão acerca do conceito de cultura. Este é um conceito definido de vários modos, assumindo diferentes sentidos ao longo do tempo.

As definições de cultura presentes nos dicionários não se alinham com o conceito cultural trabalhado na área da sociologia e da antropologia, sendo então necessário aprofundar o sentido da palavra, bem como o modo como a mesma se relaciona com a formação cultural e os espaços não formais de

educação.

Da Matta (1981) apresenta os dois sentidos mais comuns do termo: (i) usa-se cultura como sinônimo de sofisticação, enfatizando um certo estado educacional das pessoas, podendo servir como arma discriminatória para classifica-las; (ii) aplica-se como um conceito chave para a interpretação da vida social, ou seja, a maneira de viver total de um grupo, sendo um bom instrumento para compreender as diferenças entre os homens e as sociedades.

Ora, a cultura é então um elemento que confere a essência, a identidade dos indivíduos e, justamente por isso, é um direito de todo cidadão brasileiro, conforme exposto na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 215 e parágrafos.

O direito à cultura também é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96. Em seu Art. 1º. define que “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Para que haja o pleno exercício desse direito é preciso que o cidadão tenha acesso a uma formação cultural de qualidade também na esfera escolar. Muitas vezes tal acesso é viabilizado através das visitas escolares aos museus e outros espaços não formais de educação.

Considerando-se que a função social dos museus tem mudado no curso da história, percebe-se que o seu conteúdo tem se diversificado, bem como sua missão, sua forma de funcionamento e sua administração. Ultimamente, a maioria dos países estabelece definições de museu por meio de textos legislativos ou por intermédio de suas organizações nacionais. A definição de museu mais difundida, desde 2004, é a apresentada pelo Estatuto do Conselho Internacional de Museus (ICOM):

Museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, que adquire, conserva, pesquisa divulga e expõe, para fins de estudo, educação e lazer, testemunhos materiais e imateriais dos povos e seu meio ambiente.

De acordo com a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus,

consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Na subseção II, Art. 29, é estabelecido que “os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação”.

No entanto, não basta democratizar o acesso e promover ações educativas, é preciso que o processo tenha qualidade para que haja uma sólida formação cultural.

Ainda mais quando levamos em consideração o caso brasileiro, pois, conforme destaca Ghanem (2008, p.61), o nosso país é um exemplo, dentre os muitos países, nos quais a separação entre educação formal e não formal é estanque e nítida.

Na seção seguinte, apresentamos considerações sobre as políticas de formação cultural da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro (SME/RJ).

2 | A QUESTÃO DA FORMAÇÃO CULTURAL NA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

A preocupação com os resultados das avaliações externas e com as políticas de responsabilização são muito recentes, ainda que já estivessem presentes no Plano Municipal de Educação do Rio de Janeiro, desde 2008. Antes da gestão do atual prefeito, os documentos educacionais estavam mais voltados a outras questões como, por exemplo, o desenvolvimento integral do aluno tanto do ponto de vista intelectual, como social e moral.

Sem pretender discutir as questões político-partidárias, ou avaliar efetivamente as ações da Secretaria de Educação em diferentes gestões, em 1992 assume o prefeito da cidade do Rio de Janeiro que permaneceu mais tempo no cargo, totalizando 12 anos de gestão. Uma de suas principais ações foi a descentralização administrativa, com a criação das subprefeituras e da Multirio, em 1993 - Empresa Municipal de Mídia ligada à Secretaria de Educação, responsável pela produção de publicações, programas de TV, CD-ROM, vídeos e sites voltados prioritariamente para a Educação.

No ano de 1996, o então prefeito, juntamente com a secretária municipal de Educação, conduziram para toda a Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro, o Núcleo Curricular Básico MULTIEDUCAÇÃO, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais, sendo a base sobre a qual as escolas municipais criam e arranjam, naquele momento, seus projetos pedagógicos. Durante a elaboração do Currículo Multieducação houve um contínuo diálogo entre os docentes da rede, contando com o apoio das Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e dos membros do Departamento Geral de Educação, caracterizando um meio de produção coletiva. O material foi enviado às escolas para que fosse avaliado, totalizando 1734 relatórios com críticas e sugestões que foram sendo acrescentadas à versão original. A proposta, de modo geral, foi bem recebida pelos profissionais de educação da rede, pois constataram a presença de aspectos inovadores, que atendiam às expectativas da comunidade escolar, e reconheceram a aplicabilidade à realidade escolar, uma vez que englobava os diferentes universos presentes no interior da escola.

Dependendo das bases teóricas, a palavra currículo apresenta diferentes concepções, e essa discussão é trazida à tona no Multieducação. No documento, constata-se a afirmação de que a organização proposta leva em consideração que

currículo é como um roteiro através do qual os estudantes viajarão sob a liderança de um guia experiente que é ao mesmo tempo um companheiro. (Pines, 1975, p. 95 *apud* SME/RJ, 1996, p. 107).

Dessa forma, o Núcleo recomenda conteúdos básicos, ou seja, uma base comum de conhecimentos fundamentais para todos, mas sem deixar de lado as especificidades dos professores e de seus alunos, visando partir da cultura particular para a inserção na cultura mais ampla. Assim, nesse material há uma visão do ponto de partida e do ponto de chegada: o exercício de uma educação que almeje formar uma cidadania plena, na qual os alunos saibam ler, escrever, calcular e entender seu papel na sociedade.

A discussão e reformulação da proposta curricular da rede foram incitadas a partir do estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo MEC, os quais forneciam subsídios para uma base curricular nacional comum, abrindo espaço para que estados e municípios contextualizassem suas realidades em suas próprias propostas curriculares, sem perder de vista a ideia de que deve ser garantido a todos os alunos o acesso aos mesmos saberes.

Com esse novo currículo, buscava-se atender aos direitos dos alunos a uma educação de qualidade, mas levando em consideração a multiplicidade de contextos em que estão as diferentes escolas da rede, abrindo espaço para adaptações na proposta. Além disso, há uma intensa valorização do sujeito como agente ativo e incentivo à abertura da escola, introduzindo conhecimentos que vão além dos muros.

O currículo Multieducação está estruturado em torno de quatro Núcleos Conceituais (Identidade, Tempo, Espaço e Transformação) que são chave de leitura na interpretação das diferentes disciplinas e de quatro Princípios Educativos (Meio Ambiente, Trabalho, Cultura e Linguagens), cuja intenção é de que

os alunos percebam-se como parte integrante do meio físico, econômico, social, cultural; aprendam os modos de produção e as relações de trabalho estabelecidas entre os homens; entendam-se como integrante de uma cultura com suas próprias formas de agir e de se expressar, sem, contudo, perder de vista que o intercâmbio entre diferentes culturas produz transformações que afetam as diferentes expressões culturais dos Grupos Sociais. (Portal Multirio, 2011).

Dessa forma, nos documentos oficiais, havia uma forte valorização do desenvolvimento humano e dos processos de ensino-aprendizagem como formas de apropriação cultural, já que a escola é uma instituição social e historicamente construída, com o objetivo de sistematizar, transmitir e construir conhecimentos. Também era evidente a percepção de que o desenvolvimento humano se realiza nos diferentes recintos que os seres humanos criam para a convivência social, e isso inclui os espaços não formais de ensino.

Em muitos documentos disponibilizados aos professores como, por exemplo, Multieducação – Temas em debate: Relações de ensino (2007), há uma ênfase nos estudos sociológicos de Bourdieu acerca dos processos que legitimam e perpetuam as desigualdades, ressaltando que o sucesso (ou o fracasso) dos indivíduos na escola

depende de seu “capital cultural” e “*habitus*”. No material citado, a explicação presente para capital cultural é a de um sistema de valores implícitos, transmitidos por diversas vias, que influencia nas atitudes perante à escola. E o termo *habitus* é definido como conjunto de disposições que vão sendo incorporadas ao longo da vida de forma inconsciente, princípios que geram e organizam práticas, modos de pensar e de sentir. Além disso, esses documentos ressaltam que a instituição escolar pode, através de seu modo de funcionamento, ser um *locus* de transformação, minimizando o impacto das diferenças de origem na aprendizagem.

O capítulo 8 do Multieducação – Núcleo Curricular Básico traz “Os artesãos da Esperança”: Paulo Freire e Célestin Freinet. Em relação ao segundo autor, valoriza-se as aulas-passeio, destacando o encontro entre a escola e a vida; ou seja, a ruptura das fronteiras da sala de aula e o alcance da vida da comunidade. O capítulo 10 destaca que

a escola é a instância primordial que abre caminhos para que a cultura dos alunos tenha voz e vez. É o espaço privilegiado para que ela se manifeste. Ao mesmo tempo, porém, ela deve se preocupar com o universal, sob pena de segregar os seus alunos e, assim, impedir o seu acesso aos conhecimentos do mundo exterior e à sociedade mais ampla. O papel fundamental da escola será o de promover a democratização da cultura (acesso de todos à vida cultural organizada) e ao mesmo tempo, estimular a democracia cultural (o livre exercício das diferenças). (SME/RJ, 1996, p. 126)

Naquele momento, pelo menos no papel, é possível perceber uma abertura para o diálogo com os espaços não formais de ensino, abrindo novas possibilidades de aprendizagem e intercâmbio cultural. Ao longo dos *Princípios Educativos e Núcleos Conceituais*, desde à educação infantil até a antiga 8ª série, esses espaços são frequentemente destacados como, por exemplo, na Proposta Curricular da 4ª série, onde o reconhecimento do espaço cultural do Estado do Rio de Janeiro e suas relações nacionais e internacionais aparecem em evidência. Com isso, não estamos afirmando que a simples existência desses documentos garantia ou possibilitava a formação cultural dos alunos, mas sim que enfatizavam a sua relevância. É preciso pensar na formação cultural em diferentes dimensões: o padrão de acesso aos equipamentos culturais e a qualidade do que é ofertado aos alunos da rede municipal.

3 | A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS E A ATUAL POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL

Segundo Arroyo (2006), a escola precisa se preparar para bem socializar os conhecimentos escolares e facilitar o acesso dos alunos a outros saberes, já que os conhecimentos que se constroem e que circulam nos diferentes espaços sociais constituem direito de todos.

Em geral, a promoção cultural se dá através do diálogo das escolas com instituições diretamente ligadas à cultura como, por exemplo, os museus, centros

culturais, bibliotecas, teatros e planetários. Segundo Kramer e Carvalho (2012),

“a experiência de crianças, jovens e adultos nos mais diversos espaços culturais pode atuar no sentido de informar seu olhar, sensibilizar e flexibilizar seu conhecimento” e, desse modo, propiciar situações que se configuram como importantes momentos de aprendizado do ponto de vista cultural, político, ético e estético (p. 25).

Na pesquisa de Cazelli (2010), a autora relata que a cidade do Rio de Janeiro, apesar de ser um dos mais importantes centros culturais do Brasil, não fornece acesso à cultura de maneira equânime para seus habitantes. Os museus, centros culturais, teatros, cinemas e bibliotecas estão quase todos localizados no Centro, São Cristóvão, Zona Sul, Tijuca, Vila Isabel e Barra. A partir dessa informação, investigamos a distribuição espacial dos equipamentos culturais da prefeitura do Rio de Janeiro e constatamos que o poder público também reproduz a desigualdade na oferta cultural. Há uma concentração de equipamentos nas regiões da 1ª e 2ª CREs, ou seja, as escolas pertencentes a essas CREs estão localizadas em regiões mais favorecidas do ponto de vista socioeconômico e cultural e são as mesmas que dispõem de mais oferta cultural oferecida pela prefeitura. Essa constatação é preocupante, já que reforça a desigualdade entre as escolas da rede também no que diz respeito à possibilidade de acesso aos bens culturais. Fica evidente que muitos dos alunos da rede só conseguiriam visitar os espaços não formais de educação caso fosse disponibilizado um número elevado de transporte escolar, já que o número de escolas e alunos matriculados é enorme. Carvalho (2009) destaca que a questão do transporte apresenta-se como aspecto basilar para a frequência de alunos de classe popular a esses espaços. Muitas vezes ocorre um esforço particular da gestão escolar e dos professores como, por exemplo, a ida em sorteios disponibilizados num famoso centro cultural, visando conquistar os meios de transporte necessários para deslocar os alunos.

É perceptível um investimento da atual gestão da prefeitura na construção de novos espaços ligados à cultura, como o Museu de Arte do Rio (MAR), o Museu do Amanhã e o Oceanário AquaRio, que abrigará um Museu de Ciências, todos fazendo parte do projeto de Revitalização da Zona Portuária. Entretanto, essa iniciativa evidencia uma forte concentração no planejamento urbano nas áreas centrais da cidade, reforçando a desigualdade territorial dos equipamentos culturais, ainda que tenham sido inaugurados projetos em outras regiões como o Parque Madureira e as Naves do Conhecimento, que são polos de inclusão digital localizados em bairros distantes do centro da cidade, como Santa Cruz, Vila Aliança, Padre Miguel, Madureira, Irajá, Penha, Nova Brasília e em Triagem, mas que não são museus/centros culturais.

Levando-se em consideração o contexto de busca por alcançar metas escolares em avaliação externas, existe, principalmente no âmbito da SME, um setor técnico-educativo responsável pela coordenação, promoção e acompanhamento pedagógico de Projetos e Programas Educacionais de Extensividade, visando colaborar com a

melhoria do desempenho dos alunos, bem como para a sua permanência na escola. Uma das iniciativas encontradas, desenvolvida pela E/SUBE/CED Extensividade junto às escolas da Rede Municipal, pelo quarto ano consecutivo, é o Projeto Escola e Museu - Espaço Interativo de Educação e Arte em Novos Saberes.

As instituições parceiras do Projeto (2015) foram: Fundação Eva Klabin, Centro Municipal Hélio Oiticica, Museu Nacional da UFRJ, Museu de Arte do Rio, Centro Cultural Banco do Brasil, Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e Oi Futuro. A cada ano, mudam um pouco as instituições parceiras.

As principais ações da Extensividade são: 1) Contribuição para a formação da cidadania de alunos do Sistema Municipal de Ensino, por meio do desenvolvimento de atividades relacionadas às linguagens da arte, das atividades do esporte e da reflexão sobre temas do cotidiano; 2) Promoção de atividades educacionais, no contra turno, colaborando com estratégias de diminuição da evasão escolar; 3) Fortalecimento da autoestima do alunado, revelando valores, talentos e promovendo a construção de novos conhecimentos. Estas ações estão em conformidade, no contexto nacional, com a Resolução CEB Nº 2, de 7 de abril de 1998, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.

O Programa Escola e Museu existe há quatro anos (2013-2016), tendo, a cada ano, um grupo de escolas diferente, embora, ao longo da pesquisa tenha sido possível constatar que algumas escolas estavam participando do programa pela segunda vez pelo crivo utilizado pela SME, ou seja, tinham baixo desempenho, mas também estavam situadas em área conflagrada. No primeiro ano, o foco foi os Ginásios Experimentais Cariocas (GECs), posteriormente, um grupo denominado Fênix (escolas com baixo desempenho nas avaliações externas) e, em 2015, vinte duas Escolas do Amanhã foram contempladas. Em 2016, participaram do circuito os nove Ginásios Experimentais que não foram contemplados em 2013. Em todos os casos foi possível perceber que há uma preocupação em criar oportunidades para os alunos matriculados em escolas com baixo rendimento e/ou em áreas conflagradas da cidade, demonstrando que é possível estabelecer um diálogo entre a formação acadêmica e a formação cultural como ponte para a formação integral dos adolescentes da rede municipal do Rio de Janeiro e, até mesmo, fortalecendo a ideia de que o rendimento escolar pode ser melhorado através de atividades em equipamentos culturais, promovendo a valorização desses alunos e o desenvolvimento de habilidades estéticas e críticas.

O processo de escolha das escolas participantes do Programa Escola e Museu é conduzido pela Secretária de Educação, junto à equipe de Extensividade. Já as instituições parceiras são selecionadas com base em dois critérios: 1) instituições que já buscavam construir laços com as escolas da rede municipal de educação; 2) apresentam setor educativo atuante e realizam mediação, objetivando fortalecer o retorno do aluno com as famílias (exemplo: O MAR entrega um voucher aos alunos, garantindo a cortesia do acompanhante).

Na proposta do referido Programa, em janeiro de cada ano, a SME convida

as instituições parceiras para uma reunião e organizam o que será desenvolvido. Posteriormente, convidam os diretores e coordenadores pedagógicos para uma apresentação do projeto, objetivando uma sensibilização e adesão ao mesmo, já que a participação não é obrigatória. Em seguida, os diretores indicam um(a) professor(a) que será responsável pelo projeto em sua escola. O setor de Extensividade realiza um levantamento online das áreas de interesse e estudo dos docentes participantes. A partir de tais informações, são elaboradas as estratégias de mediação para as visitas e formação dos professores e, assim, professores e a equipe técnico-pedagógica das escolas participantes passam por um período de formação e realizam visitas orientadas nos equipamentos culturais antes de realizar o circuito com os alunos do 8º ano (público alvo). Após as visitas com os alunos às sete instituições parceiras, os alunos participam de um concurso de produção textual e realizam ações de multiplicação nas escolas. Por fim, são feitos registros dos resultados das ações pedagógicas nas escolas, cada uma elabora e apresenta um banner no Seminário Conexões Escola e Museu e é realizada uma pesquisa de avaliação online para docentes e alunos participantes, que será ferramenta de replanejamento entre a SME e as instituições culturais parceiras.

Em sua pesquisa, Carvalho (2015) aponta que, em geral, as visitas aos equipamentos culturais são iniciativas individuais dos professores. Dificilmente configuram-se como projeto da escola. Neste caso, o Projeto Museu Escola é inovador e apresenta um avanço em relação às políticas de distribuição cultural porque não é apenas um projeto desenvolvido no interior de uma escola, mas sim uma política da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro com o potencial de atingir muitas escolas a cada ano.

Dessa forma, o setor de Extensividade caracteriza-se como uma ponte entre a escola e o mundo que a cerca, ou seja, permite que a escola saia de si mesma e que os alunos e professores possam participar de outras experiências que poderão alterar de modo positivo a rotina da escola - antes, durante e depois. É um processo educativo que amplia a relação da escola com a sociedade. Dessa forma, o museu dispõe de condições eficazes para aprofundar esse trânsito que pode existir entre o “eu” e o “mundo fora de mim”.

O Projeto apresenta aspectos positivos, pois amplia a formação cultural dos alunos da rede municipal de educação carioca, buscando construir o hábito de frequentar o museu, tanto em alunos quanto em professores, de modo que os mesmos passam a fazer parte também do grupo denominado, no âmbito da museologia, de audiência espontânea - considerada por Coimbra *et al* (2012), a audiência com maior nível de autonomia sociocultural - e não apenas programada, cujo grau de autonomia sociocultural é intermediário.

Outro aspecto importante dessa política é abordado em estudos como o de Cazelli e Coimbra (2010). Os autores afirmam que a literatura educacional destaca como notável a perda de motivação e de interesse ao longo dos primeiros anos de escolaridade, principalmente no ensino de ciência e de matemática. Neste contexto,

a educação não formal pode ser usada como contraponto à educação formal das escolas. Dando ênfase ao lúdico e ao prazer obtido na própria atividade, a educação não formal se apresenta de modo a contribuir no desenvolvimento da motivação intrínseca para o aprendizado das disciplinas. Mais um ponto de destaque acerca da relevância do projeto é que a ida aos espaços culturais pertencentes ao circuito não se dá buscando uma escolarização dos museus, ou seja, a proposta das visitas não pretende ilustrar os conteúdos programáticos das diferentes disciplinas escolares. Em algumas observações das escolas durante o momento da visita e em conversas com os professores, o movimento percebido é de que alguns docentes desejam que o trabalho nos museus seja realizado levando-se em consideração os conteúdos escolares, enquanto outros professores revelam que os alunos, a partir das descobertas e vivências nos espaços não-formais de educação, estão gerando novas demandas aos professores das escolas, desenvolvendo um percurso inverso, no sentido de levar um novo conhecimento, apresentado a partir das visitas, ao espaço escolar, beneficiando inclusive os alunos que não participaram das visitas.

Outro benefício possibilitado a partir do projeto é a formação docente em serviço. Carvalho (2015) relata que pesquisas desenvolvidas por profissionais de museus ressaltam o quanto a educação não formal está ausente dos currículos docentes de qualquer área. Desse modo, as visitas possibilitadas pela extensividade da SME oportunizam aos professores uma inserção nesses espaços e o questionamento do que é realizado com os alunos e até mesmo um repensar da prática docente a partir das experiências. Essa iniciativa pode também despertar o desejo de buscar mais trocas entre a educação formal e os espaços culturais, objetivando uma formação mais integral dos seus alunos.

No entanto, o Projeto Escola e Museu apresenta alguns fatores limitantes como, por exemplo, o atendimento restrito aos alunos do 8º ano do ensino fundamental e o fato de apenas algumas escolas serem contempladas. Se tal iniciativa da SME apresenta o potencial de ampliar a formação cultural de alunos e professores, por que não ampliar para, pelo menos, uma série pertencente à educação infantil e uma ao primeiro segmento do ensino fundamental? Como bem destaca Carvalho (2014, p. 311), as crianças pequenas merecem um atendimento e um “reconhecimento de que são capazes de frequentar esses espaços, de que têm esse direito - como sujeitos e cidadãos -, de que têm especificidades que precisam ser respeitadas.

Outra questão é a localização de espaços museais nas imediações do Centro e da Zona Sul, o que demanda oferta de transporte e a travessia da cidade dependendo da localização da escola e, por fim, não priorizar os próprios equipamentos culturais da Secretaria Municipal de Cultura. Atravessar a cidade não se apresenta como algo ruim, já que propicia a descoberta e o conhecimento de outros bairros e equipamentos culturais. Porém, é preciso refletir sobre as condições desse deslocamento: segurança, engarrafamento etc. Além disso, é preciso despertar o olhar para os espaços museais do entorno da escola, que serão de mais fácil acesso para um trabalho duradouro.

Entretanto, tais questões não inviabilizam o valor dessa política, mas precisam ser levados em consideração nos momentos de reavaliação. Faz-se necessário também pensar porque as escolas localizadas no Centro e na Zona Sul também não poderiam se deslocar para equipamentos culturais localizados em outras regiões. Seria um ganho territorial para esses alunos.

Também, não podemos deixar de lado a discussão sobre a qualidade da mediação que é realizada nos museus pertencentes ao circuito ofertados aos alunos e professores. É imprescindível ter a dimensão de que a mediação pode fazer toda a diferença tanto para aproximar o público dos espaços não formais de educação quanto para afastá-los por não despertar o sentimento de pertencimento aqueles espaços.

Por fim, é importante questionar qual é o papel do mediador. Seria o de explicar a exposição ou provocar reflexões acerca da mesma? Nesse sentido, a ida dos alunos e professores aos espaços museais pode ser trabalhada a partir da concepção de que são *tabulas rasas* prontas a serem preenchidas por conceitos culturais que desconhecem, arruinando a possibilidade de desenvolver uma boa ação interativa, já que a interatividade foi perdida desde o momento da concepção.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme sinalizado anteriormente, muito se discute acerca da dimensão da formação acadêmica na educação, aspecto de fato relevante no processo de formação dos sujeitos. No entanto, este artigo pretendeu analisar a dimensão da formação cultural, igualmente importante, mas pouco explorada nas pesquisas.

Foram então abordados conceitos como o de cultura e educação não formal, em sua relação com a escola, apresentando documentos legais que ressaltam, garantem e asseguram o direito de acesso a bens culturais pelos sujeitos na busca por uma formação cultural.

Recortando para a cidade do Rio de Janeiro, apresentamos o modo como a questão da formação cultural tem sido contemplada nos últimos anos pelas distintas gestões, focando no Programa Escola e Museu – política pública adotada desde 2013 pelo governo municipal.

Após análise da proposta do Programa e do acompanhamento de algumas das visitas realizadas pelas escolas aos museus participantes, foi possível constatar que é uma ação voltada para a equidade; amplia a formação cultural dos alunos; estimula a audiência espontânea; estimula a aprendizagem prazerosa; não enfatiza a escolarização museal e promove a formação docente em serviço.

Por outro lado, o Projeto também apresenta aspectos que precisam ser melhorados e que foram apontados nos relatos dos docentes, tais como: o atendimento restrito aos alunos do 8º ano; número reduzido de escolas participantes; concentração dos equipamentos culturais na zona sul e no centro da cidade; problemas relacionados

ao transporte e ao deslocamento; o tempo aligeirado para o circuito ser realizado.

Ao longo do trabalho de campo foi possível perceber o encantamento dos alunos com os equipamentos culturais, com as descobertas de novas áreas da cidade, com a possibilidade de viverem novas experiências. Mais uma vez fica evidente que, para os alunos que estudam na rede pública de ensino, a escola faz diferença no acesso aos equipamentos culturais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. Os educandos, seus direitos e o currículo. In: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Indagações sobre currículo**. Versão preliminar. Brasília, p. 51-81, 2006.

CARVALHO, C. “Criança menorzinha... Ninguém merece!”: Políticas de infância em espaços culturais. IN: ROCHA, Eloisa e KRAMER, Sonia (orgs) **Educação Infantil: Enfoques em diálogo**. 3ª. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2014.

Espaços de cultura e formação de professores /monitores. In: LEITE, M. I.; OSTETTO, L. E. (Orgs). **Museu, educação e cultura: Encontros de crianças e professores com a arte**. Campinas/SP: Papyrus, p. 117-139, 2005.

CARVALHO, C.; PORTO, C. Crianças e adultos em museus e centros culturais. In; KRAMER, S.; NUNES, F.; CARVALHO, C. **Educação Infantil: formação e responsabilidade**. Campinas/SP: Papyrus, 2013.

CAZELLI, S. Jovens e escolas: quais os efeitos dos diferentes capitais no acesso a museus? In: RIBEIRO, L. C. de Q. et al (Orgs.). **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital, p. 175-216, 2010.

CAZELLI, S.; COIMBRA, C. A. Q. Avaliar as ações educativas em museus: como, para quê e por quê? In: ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE EDUCADORES EM MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., 2007, set.17-18: Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** p. 165-187. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. (Coleção FCRB Aconteceu; 10).

COIMBRA, C. A. Q.; CAZELLI, S.; FALCÃO, D.; VALENTE, M. E. Tipos de audiência segundo a autonomia sociocultural e sua utilidade em programas de divulgação. **Tempo Brasileiro**, v. 188, p. 113-124, 2012.

Da Matta, Roberto. Você tem cultura? **Jornal da Embratel**. Rio de Janeiro, 1981.

Estatuto de Museus. **CONSELHO INTERNACIONAL DOS MUSEUS-ICOM**, 2004.

MULTIRIO. **Centro de Informações Multieducação**. Disponível em: <http://portalmultirio.rio.rj.gov.br/cime>. Acesso em: 16 de julho de 2011.

KRAMER, S. & CARVALHO, C. Dentro e fora do museu: de ser contemplador, colecionador, mediador. In: SANCHES, J.; ALMEIDA, R. & FERREIRA-SANTOS, M. (Orgs.). **Artes, museu e educação**. 1ª ed. Curitiba: CRV, 2012, p.25-34.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. **Multieducação – Núcleo Curricular Básico**. Rio de Janeiro, 1996.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO. Multieducação: **Relações de Ensino (Série Temas em Debate)**. Rio de Janeiro, 2007.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

